

## Oficinas de Revitalização da Língua Terena no Estado de São Paulo, em 2024

Dando seguimento às ações conjuntas em favor do fortalecimento e revitalização de línguas indígenas no Estado de São Paulo, em regime de colaboração a FUNAI regional (CR LISE), a ONG Kamuri e o Grupo de Pesquisa InDIOMAS (Unicamp) promoveram, em 2014, três oficinas de revitalização da língua Terena:

6ª Oficina Terena, de 6 a 8 de março (na Aldeia Ekeruá, T.I. Araribá, Avaí, SP)

7ª Oficina Terena, de 31 de julho a 2 de agosto (mesma Aldeia)

8ª Oficina Terena, de 18 a 20 de novembro (mesma Aldeia).

As duas primeiras, 6ª e 7ª, foram conduzidas pelo linguista Prof. Dr. Magnun Rochel Madruga, docente da UFMG, e co-ministradas pelo linguista Prof. Dr. Wilmar da Rocha D'Angelis, docente aposentado da UNICAMP, com apoio de estudantes de Letras da FALE-UFMG, orientandos do Prof. Magnun. A 8ª oficina, última do ano, foi ministrada pelo linguista Wilmar D'Angelis, com participação de orientandos do Prof. Magnun.<sup>1</sup>

Dando seguimento ao tipo de trabalho desenvolvido desde o início do “Projeto Terena”, as Oficinas concentraram-se em 4 tipos de atividades:

- Reflexão participativa sobre aspectos gramaticais da língua Terena falada no Estado de São Paulo, a partir da produção e análise de dados linguísticos com os falantes nativos.

- Sistematização de conhecimento gramatical produzido nas próprias Oficinas.

- Produção de recursos didáticos para uso nas escolas dos participantes (textos, pesquisa de práticas culturais tradicionais, diálogos, jogos, vocabulários por campos semânticos).

- Exposição dialogada sobre características do ensino bilíngue e do aprendizado de línguas.

Infelizmente, apesar do interesse sempre manifesto pela comunidade e pelos docentes, no ano de 2024 as dificuldades com a Diretoria Regional de Ensino se tornaram maiores para os professores. Há verdadeira pressão da Diretoria Regional para que os alunos não sejam dispensados de aulas de modo a permitir a participação dos

---

<sup>1</sup> Da 6ª Oficina participaram os estudantes Mateus Faria Zaparoli Monteiro e Katiuska Rowe; da 7ª Oficina, o estudante Gabriel Castelano Millas; e da 8ª Oficina, o mesmo Gabriel, juntamente com Jennyffer Katielly de Almeida Santos.

professores nas Oficinas (sob a alegação do necessário cumprimento de “dias letivos” no formato mais tradicional – e, até, obtuso – desse cumprimento: somente atividade em sala de aula); e se os alunos não são dispensados, ainda assim igualmente não se admite a dispensa de um ou outro docente indígena, que poderia ser “coberto” por colegas.

Essas dificuldades com a Diretoria de Ensino de Bauru nos haviam levado (Kamuri e InDIOMAS), em maio de 2023, a oficiar ao coordenador do Centro de Inclusão Educacional (CINC), da Coordenação Pedagógica do Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado, da Secretaria de Educação do Estado. O documento historiou as atividades até então realizadas, no Projeto de Revitalização do Terena, e solicitou, da Secretaria, entre outras coisas, o reconhecimento e valorização das Oficinas como espaço de fortalecimento a educação escolar indígena e de formação dos professores, reivindicando ainda que, por ocasião desses Oficinas, os docentes indígenas fossem *convocados* para a participação nelas.

O documento foi encaminhado com cópia à Coordenação de Processos Educativos (COPE) da FUNAI-Brasília, à Coordenação Regional da FUNAI (CR-LISE), ao Ministério dos Povos Indígenas, e ao Ministério Público Federal. Este último, por meio do Procurador Dr. Steven Zwicker, de São Bernardo do Campo, instaurou, em agosto de 2023, um Procedimento Preparatório, a fim de apurar o reconhecimento, pela Secretaria de Educação, das Oficinas conduzidas pela parceria Kamuri, InDIOMAS e FUNAI junto às comunidades indígenas no Estado de São Paulo. Na ocasião, a Procuradoria deu prazo de 10 dias para que Kamuri e InDIOMAS fornecessem

*informações detalhadas acerca dos fundamentos para o reconhecimento da atividade como formação continuada (número de horas, currículo da atividade, currículo dos professores, resultados obtidos em atividades passadas, interesse demonstrado pelas comunidades indígenas, percepção das comunidades sobre o impacto das formações etc.*

No prazo estipulado, todas as informações foram fornecidas ao Ministério Público, com detalhamento de cada uma das 47 Oficinas de Revitalização Linguísticas até ali realizadas por nós, entre agosto de 2013 e julho de 2023.

Em resposta, a manifestação da Secretaria, apesar de informar que “tanto a COPED por meio do Centro de Inclusão Educacional – CINC como o CGRH referendam a necessidade das Oficinas, bem como reconhecem os benefícios da formação continuada”, amparou-se em “Parecer Técnico” do Departamento de Programas de

Formação e Educação Continuada para relacionar as exigências burocráticas inarredáveis, pelas quais se poderia, no futuro, vir a reconhecer as Oficinas de Revitalização e, com isso, autorizar participação dos professores.

Questionados, pelo MP, sobre ter ocorrido algum retorno direto da Secretaria de Educação, dirigido a nós, informamos ao Procurador que nada havíamos recebido senão a cópia da resposta da Secretaria ao próprio MP, e questionamos, com base também na legislação estadual vigente, o não reconhecimento das Oficinas já realizadas. Esse foi um ofício encaminhado ao Procurador em novembro de 2023, do qual não tivemos retorno. Em março de 2024 instamos junto a ele para obter uma resposta, mas o MP permaneceu em silêncio.

O resultado real, de tudo isso, foi maior repressão da Diretoria de Ensino à participação de professores nas Oficinas. Na prática isso significou que, enquanto nas Oficinas de 2023 (3ª, 4ª, 5ª) contamos com a participação média de 20 pessoas, entre professores indígenas e falantes nativos de 3 aldeias, nas Oficinas de 2024 contamos com a média de 9,5 pessoas por oficina.

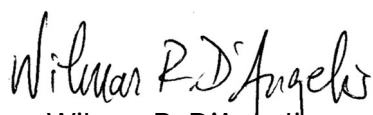
O interesse das comunidades – representadas pelos poucos participantes – fica evidente nas avaliações finais, muito positivas, de cada Oficina (quase sempre gravadas em vídeo). E uma motivação muito forte, seguramente, está na expectativa de uma primeira publicação de livro de Gramática Pedagógica da língua Terena “paulista” já em 2025, compromisso que já foi assumido com eles pelos docentes que coordenam esta ação.


Considerando as dificuldades impostas pela Secretaria de Educação, através do burocratismo da Diretoria de Ensino de Bauru, ambas em total desrespeito aos direitos e especificidades da educação escolar indígena, consideramos que em 2025 continuaremos realizando Oficinas de baixa participação, razão pela qual desejamos realizar, no primeiro semestre – com apoio de recursos da FUNAI –, a publicação de um primeiro volume de Gramática Pedagógica (cujo fechamento e revisão serão realizados nas Oficinas iniciais do ano), e no segundo semestre, uma obra didática de textos de conteúdo cultural (a ser definida no primeiro semestre).

De nosso ponto de vista, avaliamos as Oficinas de Revitalização da Língua Terena no Estado de São Paulo como de extremo valor, com possíveis benefícios também para as aldeias Terena do Mato Grosso do Sul, além das aldeias paulistas, uma vez que a pesquisa

colaborativa que se leva a efeito nessas Oficinas (ou seja, a busca de construir e sistematizar conhecimento sobre a língua indígena, realizada em conjunto pelos linguistas e pelos falantes nativos) tem permitido avançar na compreensão de fatos linguísticos do Terena até então não elucidados pelos trabalhos disponíveis, de acadêmicos e de missionários. Em alguns casos – como é o da questão do acento em Terena – a falta dessa compreensão orientou a produção de materiais didáticos e, até mesmo, decisões ortográficas, que não encontram eco na intuição de falantes nativos, mas deixa os professores confusos.

Campinas, SP; Belo Horizonte, MG, 17 de dezembro de 2024

  
Wilmar R. D'Angelis

  
Magnun R. Madruga